

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 14/2025**  
**UASG: 987541****INFORMAÇÕES BÁSICAS**

- **Número do Processo:** 1.652/2025
- **Órgão Requisitante:** Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
- **Responsável pela Elaboração:** Cátia Bonin
- **Equipe de Planejamento:** Mateus João Cordeiro Schmoeller de Lima e Ana Caroline Santini
- **Data de Elaboração:** 18/6/2025

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

(art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

O nascimento de uma criança representa um marco profundo na trajetória de qualquer família. Contudo, em contextos de vulnerabilidade social, esse momento é atravessado por incertezas, privações materiais e desamparo institucional. No Município de Dois Vizinhos, diversas famílias enfrentam o ciclo gravídico-puerperal sem os recursos mínimos para garantir o acolhimento digno do recém-nascido, colocando em risco a proteção à infância e à maternidade, princípios fundamentais assegurados pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

A realidade local evidencia a presença de núcleos familiares cuja renda é insuficiente para cobrir até mesmo as necessidades mais elementares. Dentre essas, destaca-se a impossibilidade de aquisição de itens básicos para a chegada de um bebê: fraldas, roupas, cobertores, produtos de higiene e utensílios como banheira, por exemplo. Muitas mães, em especial as adolescentes, mulheres negras, desempregadas ou em situação de abandono afetivo e institucional, encontram-se desassistidas no momento do parto, sem acesso a uma rede de apoio material e emocional. Isso expõe o recém-nascido a condições de risco desde seus primeiros dias de vida, comprometendo o direito à sobrevivência, ao desenvolvimento saudável e à dignidade.

A ausência de suporte institucional agrava um cenário já marcado por desigualdades estruturais. Os primeiros meses de vida de uma criança são fundamentais para seu desenvolvimento físico, afetivo e neurológico. A privação de elementos simples, como fraldas adequadas ou roupas de proteção térmica, pode acarretar complicações de saúde, internações evitáveis, insegurança alimentar e emocional, e dificuldades na criação de vínculos afetivos entre



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

---

mãe e filho. Para a puérpera, a sobrecarga emocional é intensificada quando não há condições para cuidar do próprio filho, o que contribui para o risco de depressão pós-parto, abandono do bebê, ou mesmo a reincidência em ciclos de pobreza intergeracional.

Além dos impactos diretos à saúde e ao bem-estar da mãe e do recém-nascido, há efeitos colaterais sobre o conjunto da sociedade. Crianças expostas à negligência involuntária por falta de recursos tornam-se mais propensas ao adoecimento, ao baixo desempenho educacional e à ruptura precoce de vínculos familiares. Essa desproteção inicial compromete os esforços públicos de enfrentamento das desigualdades sociais e gera maior demanda futura aos sistemas de saúde, educação e assistência, sobrecarregando os recursos públicos de forma contínua.

Outro aspecto importante da necessidade é o papel estruturante da assistência social como política pública promotora de cidadania. O apoio no momento do nascimento não pode se restringir à entrega de bens materiais: trata-se de uma porta de entrada para ações integradas da rede de proteção social, possibilitando o acompanhamento sistemático da gestante e do bebê, o fortalecimento de vínculos, o encaminhamento a serviços de saúde, a inserção em programas de transferência de renda, de capacitação profissional e de promoção da autonomia familiar. Esse processo previne situações de negligência, abandono, violência doméstica e institucionalização de crianças.

A vulnerabilidade decorrente da gestação e do parto sem condições adequadas não é, portanto, um problema individual, mas uma questão pública que exige atenção estruturada e contínua do poder público local. O acompanhamento das famílias beneficiárias ao longo dos últimos anos, por meio dos serviços socioassistenciais, revela que o apoio no momento do nascimento tem potencial de interromper ciclos de exclusão social, quando articulado com políticas intersetoriais e executado com sensibilidade às especificidades territoriais e culturais.

A persistência dessa demanda também se explica pela ausência de outras redes de apoio, tanto formais quanto informais. Em muitos casos, as mães se encontram isoladas, afastadas da família de origem, sem companheiro, sem vínculo formal de trabalho e com acesso limitado a equipamentos públicos. Essa ausência de suporte comunitário amplia a necessidade de que o Estado atue com firmeza no momento de maior fragilidade dessas mulheres, garantindo não apenas o cuidado com o bebê, mas com a própria estruturação da unidade familiar.

Por fim, a necessidade aqui descrita também se ancora nos compromissos firmados pela administração pública municipal em consonância com os princípios da equidade, da universalização de acesso e da prioridade absoluta à infância, previstos na legislação federal e reafirmados no Plano Municipal de Assistência Social. A proteção à primeira infância é um eixo



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

central das políticas públicas, pois seus efeitos repercutem diretamente nos índices de desenvolvimento humano, no combate à pobreza extrema e na redução das desigualdades sociais em médio e longo prazo.

Portanto, a necessidade identificada pelo Município de Dois Vizinhos é garantir, de forma sistemática, equitativa e respeitosa, o direito das famílias vulneráveis a acolher seus filhos com dignidade, saúde e cuidado, a partir da oferta concreta de suporte material e de inserção em ações socioassistenciais articuladas. Trata-se de um compromisso com a vida, com a justiça social e com o futuro coletivo.

## **2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA**

**(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)**

Para atender à necessidade de garantir suporte material às famílias em situação de vulnerabilidade no momento do nascimento de seus filhos, foram consideradas diferentes possibilidades de solução. A primeira alternativa cogitada seria a aquisição direta dos itens que compõem o enxoval do recém-nascido, realizada de forma descentralizada e esporádica pela própria administração pública. Nessa modalidade, os servidores públicos responsáveis pela área teriam que realizar compras frequentes e individualizadas de fraldas, roupas, itens de higiene, cobertores, entre outros produtos, conforme a demanda imediata. No entanto, essa opção apresenta uma série de limitações técnicas, operacionais e econômicas. Além da sobrecarga administrativa gerada pela multiplicidade de processos de compra e controle de estoque, tal prática comprometeria a padronização dos itens, dificultaria o controle de qualidade e tornaria a gestão financeira mais vulnerável a variações de preços e descontinuidade de fornecimento.

Uma segunda alternativa analisada foi a formalização de parcerias com entidades do terceiro setor para a montagem e distribuição dos kits, mediante termo de colaboração ou fomento. Embora essa solução possa, em tese, promover maior capilaridade e engajamento comunitário, ela apresenta entraves significativos: a escassez de organizações habilitadas e com capacidade técnica para assumir tal responsabilidade em âmbito local, a complexidade dos trâmites legais exigidos pela Lei nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil), e o risco de fragilidade no controle dos insumos adquiridos com recursos públicos, o que comprometeria a transparência e a rastreabilidade da ação. Além disso, tal via exigiria uma



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

reformulação completa do desenho atual do benefício eventual, hoje estruturado em torno da aquisição direta pelo poder público.

Também foi considerada a possibilidade de conceder o auxílio em pecúnia diretamente às famílias beneficiárias, mediante transferência financeira de valor equivalente ao dos produtos que compõem o kit. Apesar de parecer mais célere, essa modalidade acarreta riscos adicionais. Em primeiro lugar, dificulta o controle sobre a correta aplicação do recurso, já que não há garantia de que o valor será utilizado, de fato, na compra dos itens essenciais para o bebê. Em segundo lugar, abre margem para desvios de finalidade e eventuais conflitos familiares sobre o uso do dinheiro, o que contraria o objetivo central do benefício — garantir os meios concretos e imediatos para o cuidado infantil. Além disso, essa prática exigiria ajustes administrativos, bancários e normativos que atualmente não estão implementados no município.

Diante dessas considerações, conclui-se que a solução mais adequada sob os aspectos técnico, econômico, jurídico e logístico é a aquisição direta dos kits de enxoval por meio de processo licitatório. Essa via permite o planejamento antecipado da demanda, a padronização dos materiais entregues, a aferição objetiva da qualidade dos itens, a concorrência justa entre fornecedores e a obtenção de melhores preços por meio da economia de escala. Além disso, a licitação pública assegura a conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, fundamentais à administração pública. A compra padronizada dos kits por meio de licitação também viabiliza o acompanhamento contínuo da política pública, facilita a prestação de contas e favorece a integração com os serviços socioassistenciais que realizam o atendimento das famílias.

Assim, a escolha da solução está devidamente fundamentada na viabilidade técnica da entrega organizada e uniforme dos itens, na economicidade proporcionada pela compra em escala e na segurança jurídica oferecida pelo procedimento licitatório. A experiência administrativa do município demonstra que esse modelo é eficiente, transparente, compatível com os fluxos operacionais da assistência social e plenamente aderente às diretrizes da Lei nº 14.133/2021. A adoção dessa solução, portanto, atende ao interesse público, ao promover o atendimento universal, digno e estruturado das famílias em situação de vulnerabilidade, conforme determina a legislação municipal e federal vigente.

Nos termos do §1º do art. 17 da Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional podem participar de licitações públicas, inclusive para fornecimento de bens e prestação de serviços, salvo nas hipóteses legalmente vedadas. Nesse sentido, cumpre realizar a devida análise de enquadramento da atividade a ser



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

contratada — neste caso, o fornecimento de kits enxoval compostos por diversos itens de consumo destinados ao atendimento do benefício eventual de auxílio natalidade — a fim de verificar a compatibilidade da contratação com a participação de empresas optantes pelo regime simplificado.

Conforme previsto na legislação supracitada, não há vedação legal à participação de microempresas e empresas de pequeno porte em processos licitatórios cujo objeto seja o fornecimento de bens de consumo, como é o caso dos kits que compõem o enxoval do recém-nascido (fraldas, roupas infantis, cobertores, sabonetes, entre outros). Trata-se de atividade claramente incluída nas hipóteses permitidas pela Lei Complementar nº 123/2006, uma vez que não envolve a prestação de serviços intelectuais técnicos, nem atividades com exigência de responsabilidade técnica exclusiva (como engenharia, medicina, segurança privada ou similares), as quais se encontram entre as restrições estabelecidas pela legislação.

Ademais, observa-se que muitos dos itens que compõem o objeto da contratação são de fornecimento habitual por parte de pequenos empreendedores e distribuidores locais, o que reforça a viabilidade de aplicação dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, incluindo as prerrogativas de tratamento diferenciado e favorecido nas fases de habilitação, julgamento e contratação, bem como os critérios de desempate e regularização fiscal tardia, nos termos dos artigos 44 e 45 da mesma lei.

Diante do exposto, conclui-se que a atividade objeto deste procedimento licitatório encontra-se plenamente enquadrada entre aquelas passíveis de execução por empresas optantes do SIMPLES Nacional, não havendo impedimento legal para sua participação. Sendo assim, o edital deverá prever, de forma expressa, o tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme exigido pelo art. 47 da Lei Complementar nº 123/2006, salvo fundamentação em sentido contrário devidamente motivada, o que não se aplica ao presente caso.

### **3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

**(art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)** justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

A presente licitação será estruturada na forma de parcelamento por itens, em conformidade com o art. 40, §2º da Lei nº 14.133/2021, que orienta a Administração a dividir o objeto sempre que técnica e economicamente viável, de modo a ampliar a competitividade, aproveitar as peculiaridades do mercado e evitar a concentração de fornecimento em um único licitante. O objeto em análise é composto por bens de natureza distinta, como roupas de bebê,



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

artigos de higiene e utensílios infantis, o que demonstra a possibilidade técnica de fracionamento em itens autônomos sem prejuízo à padronização do resultado final. Essa divisão permite que fornecedores especializados em determinados segmentos possam participar da disputa de forma competitiva, favorecendo especialmente a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, em atendimento ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006. Além disso, a separação por itens reduz riscos de inadimplemento, pois a eventual falha de um fornecedor não compromete o fornecimento integral, viabilizando a adjudicação independente e a substituição célere em caso de necessidade. Sob o aspecto econômico, o parcelamento por itens preserva a economia de escala em cada grupo homogêneo de produtos e, ao mesmo tempo, aumenta a concorrência, o que tende a reduzir preços e gerar maior vantagem à Administração. Do ponto de vista logístico, a Secretaria possui estrutura suficiente para realizar a conferência, a armazenagem e a montagem dos kits de forma integrada, mesmo que os componentes sejam adquiridos de diferentes fornecedores, assegurando uniformidade na qualidade e padronização da entrega às famílias. Portanto, a adoção do parcelamento por itens revela-se a medida mais adequada, eficiente e transparente, pois equilibra competitividade, economicidade e segurança da execução contratual, atendendo ao interesse público de forma ampla e responsável.

#### **4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE**

**(art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)** estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

A estimativa da quantidade de auxílios natalidade a serem adquiridos para o exercício em questão foi fixada em 300 (trezentas) unidades, com base em critérios técnicos, dados históricos e análise de variáveis contextuais que impactam diretamente a demanda pelo benefício no Município de Dois Vizinhos.

Nos últimos anos, o município tem registrado o atendimento de um quantitativo variável entre 100 e 200 gestantes em situação de vulnerabilidade social por ano, conforme levantamento realizado pelos serviços socioassistenciais e dados do Cadastro Único para Programas Sociais. O público-alvo inclui gestantes em situação de extrema pobreza, mães adolescentes, mulheres migrantes, famílias em situação de desabrigo e casos de partos não planejados em contextos de risco social.



Município de  
**Dois Vizinhos**  
 Estado do Paraná

É importante ressaltar que o histórico de atendimento não pode ser utilizado como único critério de dimensionamento, uma vez que a demanda por esse benefício está sujeita a fatores imprevisíveis e externos à governabilidade da rede socioassistencial, como flutuações migratórias e eventos de emergência social ou climática. O município tem recebido, de forma crescente, famílias migrantes — em especial venezuelanas, haitianas e árabes — que chegam em condições de alta vulnerabilidade, muitas vezes com mulheres gestantes ou em puerpério imediato.

Adicionalmente, situações excepcionais como enchentes, desabrigamentos e outras ocorrências climáticas severas, bem como experiências recentes como a pandemia de COVID-19, demonstram a importância de se manter um número mínimo de kits disponíveis, de forma preventiva e estratégica, para garantir resposta imediata e eficaz diante de emergências.

Dessa forma, a aquisição de 300 kits busca contemplar:

- O fluxo ordinário de atendimento anual com margem segura;
- A possibilidade de aumento súbito da demanda por fatores externos;
- A constituição de estoque mínimo de contingência para respostas emergenciais, evitando a necessidade de compras fora do planejamento anual.

Memória de Cálculo

- Faixa histórica de atendimento anual: 100 a 200 gestantes
- Média técnica utilizada: 150 gestantes/ano
- Margem de segurança para oscilações e emergências: 150 kits adicionais
- Total estimado para aquisição em 2025: 300 kits completos

Essa definição quantitativa busca assegurar o funcionamento contínuo e preventivo da política pública, sem desabastecimento, sem a necessidade de compras emergenciais fora do planejamento anual, e com plena capacidade de resposta diante de novas demandas que possam surgir. Trata-se de uma medida de responsabilidade técnica e de compromisso com a equidade, com a dignidade das famílias e com a proteção integral ao recém-nascido.

## 5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

**(art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021)** estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

Estima-se o valor da contratação em R\$244.800,00 (duzentos e quarenta e quatro mil e oitocentos reais), conforme pesquisa de preços em sites de amplo domínio.



**6. ANÁLISE DOS RISCOS**

(art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Risco Identificado	Dano Potencial	Ação Preventiva	Ação de Contingência
1. Fornecimento de produtos fora das especificações técnicas	Comprometimento da qualidade dos kits, risco à saúde do bebê	Especificações detalhadas no TR; exigência de amostras ou catálogos	Recusa formal dos itens; substituição imediata; aplicação de penalidades contratuais
2. Atraso na entrega dos kits	Prejuízo no atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade	Definir prazos claros no edital; prever multa por atraso	Aplicação de multa contratual; eventual rescisão e nova licitação emergencial
3. Produtos com validade vencida ou próxima do vencimento	Impossibilidade de uso seguro; risco à saúde e descarte de itens	Estabelecer validade mínima exigida (ex: 12 meses); conferência no recebimento	Substituição imediata dos itens vencidos ou inadequados sem ônus à Administração
4. Fornecimento parcial ou incompleto	Prejuízo à entrega integral do benefício	Exigir entrega integral por lote; cláusula de inadimplemento por item não entregue	Aplicação de penalidade e cobrança de entrega complementar sob pena de rescisão
5. Falta de capacidade técnica ou estrutural da empresa contratada	Atrasos ou fornecimento com falhas	Exigir documentação técnica e comprovação de capacidade de fornecimento	Substituição ou rescisão contratual; convocação da segunda colocada
6. Produto com composição diferente do exigido (ex: tecidos sintéticos em vez de algodão)	Risco de alergias ou uso inadequado com recém-nascidos	Fiscalização rigorosa na conferência dos materiais; exigência de certificados de composição	Substituição imediata; aplicação de multa
7. Embalagem inadequada ou transporte impróprio	Danos físicos aos produtos durante o transporte ou armazenamento	Definir exigência mínima de embalagem individual e transporte apropriado	Substituição dos itens danificados; notificação formal da contratada
8. Apresentação de amostras divergentes dos produtos entregues	Engano ou má-fé no processo licitatório	Exigir amostras obrigatórias antes da contratação e conferência na entrega	Recusa da entrega; penalidades contratuais e substituição





Risco Identificado	Dano Potencial	Ação Preventiva	Ação de Contingência
9. Variação abrupta de preços no mercado (inflação setorial)	Desistência da contratada ou tentativa de renegociação indevida	Pesquisa ampla de preços atualizados e com boa margem de referência	Aplicação do contrato conforme pactuado; nova licitação se necessário
10. Contestação jurídica ou impugnações durante o certame	Atrasos na conclusão do processo licitatório	Redação clara do edital; ampla publicidade e respostas técnicas aos questionamentos	Suspensão e readequação do edital, se necessário, dentro dos prazos legais
11. Erros na especificação ou falta de padronização técnica	Risco de interpretação equivocada e fornecimento de itens inadequados	Elaboração técnica precisa e validada por equipe responsável	Retificação do edital ou anulação da licitação, conforme o estágio do processo
12. Dificuldade de fiscalização técnica na entrega dos itens	Aceite de produtos não conformes	Equipe técnica designada para recebimento e conferência rigorosa dos kits	Registro de não conformidade e exigência de substituição

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**(art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)** descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

A solução adotada consiste na aquisição de 300 (trezentos) kits completos de auxílio natalidade, compostos por itens essenciais ao cuidado com o recém-nascido, como fraldas, roupas, cobertor, banheira e produtos de higiene, todos com especificações técnicas que garantem qualidade, segurança e adequação ao uso por bebês. Essa medida visa atender gestantes em situação de vulnerabilidade social identificadas pela rede socioassistencial do Município de Dois Vizinhos, assegurando apoio material mínimo no início da vida da criança.

A aquisição planejada considera o histórico anual de atendimentos, bem como variáveis externas como migrações, calamidades e partos em contextos de risco, garantindo também uma reserva estratégica para emergências. Trata-se de uma ação preventiva, dentro do planejamento anual da política pública, voltada à proteção social básica e à promoção da dignidade das famílias atendidas.

## 8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**(art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)**



Como requisitos da contratação de entrega:

- a) Os itens deverão ser entregues organizados, higienizados, acondicionados em embalagens apropriadas, resistentes ao transporte e à armazenagem;
- b) Os itens de higiene (sabonete líquido e xampu) deverão ter validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega.
- c) Itens entregues em desconformidade com o exigido ou danificados deverão ser substituídos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem ônus adicional à Administração.
- d) A entrega dos itens será realizada de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria requisitante, mediante solicitação formal. Cada entrega deverá compreender quantitativos mínimos conforme parcelas do Termo de Referência, devidamente organizados e acondicionados em embalagens apropriadas para transporte e armazenamento.
- e) O prazo para entrega de cada parcela, a contar do recebimento da solicitação oficial da Administração, será de até 20 (vinte) dias corridos. A contratada deverá comunicar previamente a data e o horário da entrega com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, para fins de organização da conferência.

#### INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

( ) SIM

(x) NÃO

### 9. JUSTIFICATIVAS

(Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

A presente licitação tem por objeto a aquisição parcelada de kits de auxílio natalidade, compostos por bens comuns, padronizados e amplamente disponíveis no mercado. Em razão da simplicidade do objeto, da ausência de complexidade técnica e da ampla oferta no setor, a equipe de planejamento não identificou a necessidade de exigir qualificação técnica específica, optando



pela dispensa dessa exigência, com o objetivo de ampliar a competitividade do certame e evitar ônus desnecessários às licitantes.

Quanto à qualificação econômico-financeira, esta equipe técnica entende que também poderia ser dispensada, considerando o porte do objeto, o fracionamento da entrega em parcelas controladas e a baixa complexidade operacional e financeira envolvida. No entanto, em atenção ao entendimento vinculante da Procuradoria Jurídica do Município, que se baseia no disposto no art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, a exigência de documentação de qualificação econômico-financeira será mantida, já que, segundo orientação jurídica a Lei é taxativa, sua dispensa somente é admitida nos casos expressamente previstos em lei, o que não se aplica à presente contratação.

Não haverá critérios de pontuação técnica ou julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, uma vez que o critério de julgamento adotado será o de menor preço, em atenção à economicidade e à objetividade da seleção da proposta mais vantajosa. Também não será admitida a participação de empresas em consórcio, por se tratar de objeto simples, indivisível e de execução direta, sem justificativa para divisão de responsabilidades entre diferentes entes.

#### **10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL**

**(art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)** descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

A presente contratação, por envolver a aquisição de bens materiais em larga escala, pode gerar impactos ambientais indiretos, principalmente relacionados à produção industrial dos itens, embalagens plásticas descartáveis e logística de transporte. Entre os principais riscos estão o aumento da geração de resíduos sólidos urbanos, o uso excessivo de materiais não recicláveis (como plásticos convencionais) e a emissão de poluentes atmosféricos decorrente do transporte dos kits até o ponto de entrega.

Para mitigar esses impactos, serão adotadas as seguintes medidas preventivas e corretivas:

- Especificação técnica orientada à sustentabilidade, com preferência por materiais de maior durabilidade, embalagens reutilizáveis ou recicláveis e produtos hipoalergênicos com menor impacto ambiental;



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

- Recomendação para que as embalagens dos kits sejam reutilizáveis, tais como bolsas de tecido ou sacolas ecológicas, evitando o uso de plásticos descartáveis sempre que possível;
- Planejamento logístico racionalizado, com entregas em lotes mínimos de 50 unidades, reduzindo o número de viagens e, conseqüentemente, as emissões de CO<sub>2</sub>;
- Orienta-se a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, com incentivo à separação e descarte consciente por parte das unidades públicas receptoras;
- Inserção de cláusula contratual recomendando boas práticas ambientais à empresa fornecedora, sempre que compatível com o objeto e a legislação vigente.

Essas ações visam reduzir o impacto ambiental da execução contratual, compatibilizando o atendimento social à população em situação de vulnerabilidade com os princípios da sustentabilidade ambiental e responsabilidade socioambiental

## **11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

(art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

A contratação visa garantir a disponibilidade contínua de kits de auxílio natalidade para atendimento às gestantes em situação de vulnerabilidade social no município de Dois Vizinhos, promovendo o apoio material mínimo necessário para assegurar dignidade ao início da vida do recém-nascido. Espera-se com isso reduzir os impactos da pobreza no ciclo gravídico-puerperal, evitar desabastecimentos, padronizar a qualidade dos itens entregues e permitir que a rede socioassistencial atue de forma preventiva e estruturada diante das demandas ordinárias e emergenciais. Trata-se de uma medida concreta de proteção social básica, alinhada às diretrizes do SUAS e aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, com foco na promoção da equidade e no fortalecimento das ações públicas voltadas às famílias em situação de risco.

## **12. REGIME DE FORNECIMENTO**

(Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;



O fornecimento será realizado sob o regime de entrega parcelada, de acordo com a necessidade da Secretaria requisitante, mediante solicitações formais, com lotes mínimos de 50 (cinquenta) kits por parcela, respeitado o quantitativo total contratado.

**13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

(art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal(is) e suplente(s) designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Cátia Bonin
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Rosilei de Godois
Fiscal Técnico:	Não há necessidade
Suplentes:	Martha Daniela Carboni

**14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES**

(art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas, para a viabilidade e contratação desta demanda e não se verificou a necessidade de contratações interdependentes.

**15. ALINHAMENTO COM O PAC**

(art. 18 § 1º inciso II da Lei 14.133/2021) demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

A presente contratação refere-se ao atendimento da política pública de benefícios eventuais no âmbito da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), especificamente o auxílio natalidade, regulamentado no Município de Dois Vizinhos pela Lei Municipal nº 1.664/2011, em conformidade com o art. 22 da Lei Orgânica da Assistência Social



– LOAS (Lei Federal nº 8.742/1993), com o Decreto Federal nº 6.307/2007 e a Resolução CNAS nº 212/2006.

O benefício eventual por natalidade possui natureza continuada e emergencial, sendo um instrumento legal e obrigatório de provisão pública para famílias em situação de vulnerabilidade social no momento do nascimento de um novo membro, conforme definido no art. 8º da referida lei municipal. Por seu caráter assistencial, não contributivo e de resposta imediata, sua execução é considerada essencial à proteção social básica, e não pode ser descontinuada sob pena de violação ao princípio da dignidade da pessoa humana, ao direito à proteção à infância e à maternidade e ao próprio desenho organizacional do SUAS, do qual os benefícios eventuais fazem parte integrante.

Contudo, cumpre reconhecer que a contratação ora em análise não foi prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2025, fato que se deu por falha de comunicação entre os setores responsáveis pelo planejamento orçamentário e as áreas finalísticas da política de assistência social, diante da rotatividade de equipe técnica e da ausência de integração sistemática entre os fluxos de execução da política e o planejamento das aquisições. Trata-se, portanto, de uma inconsistência no planejamento, e não de uma ausência de necessidade pública ou de previsão legal para a execução do benefício.

Apesar da omissão formal no PCA 2025, o benefício encontra-se amplamente respaldado por legislação específica municipal, com dotação orçamentária vigente vinculada à função Assistência Social – Proteção Social Básica, nos termos dos arts. 14 e 17 da Lei nº 1.664/2011. A execução do auxílio natalidade também é prevista na Programação Anual do SUAS, conforme pactuações realizadas junto ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, sendo sua continuidade exigida pela lógica federativa da política e pelos princípios da regularidade e da continuidade dos serviços públicos essenciais.

Ademais, o caráter emergencial e imprevisível da demanda — impactada por fluxos migratórios, eventos climáticos, contextos de calamidade e aumento de situações de pobreza, exige flexibilidade por parte da Administração Pública para que seja possível responder adequadamente às necessidades concretas da população, mesmo diante de falhas no processo de planejamento prévio. A não realização da presente contratação comprometeria o atendimento de famílias em condição de vulnerabilidade extrema, especialmente gestantes e recém-nascidos, colocando em risco o cumprimento de obrigações legais e humanitárias do Município.

Por fim, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania compromete-se a prever expressamente essa contratação nos próximos Planos de Contratação Anual, a fim de garantir



maior precisão técnica no planejamento e evitar recorrência da falha identificada, com aprimoramento dos mecanismos de comunicação interna e monitoramento do ciclo orçamentário da política pública.

Diante de todo o exposto, a ausência de previsão no PCA 2025 não invalida a legitimidade, a legalidade e a urgência da contratação, que se insere no dever da Administração de garantir os direitos sociais e o funcionamento regular das políticas essenciais, especialmente daquelas vinculadas ao SUAS.

**16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS**

- ☐ Global
- ☐ Lote(s) de Itens
- ☒ Por Itens

**17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?**

- ☒ Bens e serviços comuns
- ☐ Bens e serviços especiais
- ☐ Serviço comum de engenharia
- ☐ Serviço especial de Engenharia

O objeto da presente contratação – kits de auxílio natalidade compostos por itens como fraldas, roupas de bebê, cobertores, banheira infantil, sabonetes e outros produtos de uso pessoal e infantil – se enquadra na categoria de bens comuns, nos termos do inciso VIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

São considerados bens comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado, o que se aplica integralmente à presente aquisição. Os produtos que compõem os kits são amplamente comercializados, não demandam elaboração técnica especializada, tampouco apresentam variações que exijam julgamento subjetivo por parte da Administração.

A definição clara e padronizada dos itens a serem adquiridos possibilita a formulação de propostas concorrenciais em igualdade de condições e permite a seleção da proposta mais vantajosa com base em critérios objetivos. Assim, a contratação ora pretendida deverá observar o tratamento aplicável aos bens comuns, inclusive quanto à modalidade licitatória, critérios de julgamento e simplificação de procedimentos, conforme dispõe a legislação vigente.





- (x) Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
- ( ) Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- ( ) Serviços não contínuos ou contratados por escopo
- ( ) Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

O fornecimento do auxílio natalidade caracteriza-se como contínuo por sua natureza regular, permanente e reiterada ao longo do exercício, uma vez que a demanda por atendimento a gestantes em situação de vulnerabilidade social ocorre de forma ininterrupta, não sendo possível delimitar um período específico para sua ocorrência. Trata-se de uma obrigação legal do Município, prevista na Lei Municipal nº 1.664/2011 e inserida no escopo da Proteção Social Básica do SUAS, cuja execução exige disponibilidade constante dos kits, com entrega imediata sempre que identificada a necessidade, razão pela qual se enquadra como fornecimento de caráter continuado nos termos da Lei nº 14.133/2021.

#### **18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

Não será exigida garantia de contratação, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar do fornecimento de bens comuns padronizados, com risco contratual considerado baixo, além de envolver entregas em pequena escala e valor unitário reduzido, o que não justifica a imposição de ônus adicional ao fornecedor. A exigência de garantia nesse contexto seria desproporcional e poderia restringir a competitividade, especialmente entre microempresas e empresas de pequeno porte, contrariando os princípios da razoabilidade, economicidade e isonomia que regem a contratação pública.

#### **19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**(art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)** posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

A presente contratação mostra-se adequada, necessária e proporcional ao atendimento da necessidade identificada, uma vez que assegura a disponibilidade contínua e padronizada de kits de auxílio natalidade destinados a famílias em situação de vulnerabilidade social, conforme previsto na Lei Municipal nº 1.664/2011 e em conformidade com as diretrizes do SUAS. Trata-se de medida essencial para garantir proteção à infância, à maternidade e à dignidade humana, viabilizando resposta imediata a uma demanda recorrente e legalmente instituída, com plena aderência aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

#### **20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC**



(Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- ☒ Pregão, ☒ Tradicional ☐ SRP  
☐ Concorrência, ☐ Tradicional ☐ SRP  
☐ Concurso  
☐ Leilão  
☐ Dialogo Competitivo

Procedimentos auxiliares

- ☐ Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)  
☐ Pré-Qualificação  
☐ Procedimento de Manifestação de Interesse, etc vide art. 78 da Lei.

Contratação Direta:

- ☐ Dispensa ☐ com disputa ☐ sem disputa  
☐ Inexigibilidade de licitação.

Critério de julgamento:

- ☒ menor preço (mais usual)  
☐ melhor técnica ou conteúdo artístico  
☐ técnica e preço  
☐ maior retorno econômico  
☐ maior desconto  
☐ maior lance

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

- ☒ Aberto  
☐ Fechado  
☐ Aberto e Fechado  
☐ Fechado e Aberto



Município de

**Dois Vizinhos**

Estado do Paraná

Caráter do orçamento estimado SIGILOSO

☐ SIM

☒ NÃO

**21. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?**

☒ Recursos Próprios

☐ Recursos Estaduais

☐ Recursos Federais

Dois Vizinhos, 18 de junho de 2025

Cátia Bonin

Secretária de Assistência Social e Cidadania

Responsável pela Elaboração do ETP

Matrícula Funcional nº 19.025-1